



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO PODER JUDICIÁRIO – PLS

CICLO 2021/2026

Versão 2.0

Goiânia – GO

2021

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

Desembargador Daniel Viana Júnior
Presidente

Desembargador Geraldo Rodrigues do Nascimento
Vice-presidente e Corregedor

Gustavo da Costa Seixas
Secretário-Geral da Presidência

Álvaro Celso Bonfim Resende
Diretor-Geral

Cléber Pires Ferreira
Secretário-Geral Judiciário

Robnaldo José Santos Alves
Secretário-Geral de Governança e Estratégia

Lara Cristina Nercessian de Barros
Gerente de Responsabilidade Socioambiental

Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável

Fernando Rossetto

Juiz do Trabalho

Álvaro Celso Bonfim Resende

Diretor-Geral

Gustavo da Costa Seixas

Secretário-Geral da Presidência

Robnaldo José Santos Alves

Secretário-Geral de Governança e Estratégia

Cássia Maria Sebba Kafuri

Secretária de Manutenção e Projetos

Murilo de Barros Carneiro

Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação

Flávia Ferreira Souza

Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

Afrânio Honorato Pinheiro

Diretor da Divisão de Material e Logística

Maísa Bueno Machado

Diretora da Secretaria de Licitações e Contratos

Lara Cristina Nercessian de Barros

Gerente de Responsabilidade Socioambiental

SUMÁRIO

1 Introdução

2 Metodologia

3 Planos de Ação

3.1 Papel

3.2 Copos descartáveis

3.3 Água envasada

3.4 Impressão

3.5 Telefonia

3.6 Energia elétrica

3.7 Água e esgoto

3.8 Gestão de Resíduos

3.9 Reformas e construções

3.10 Limpeza

3.11 Vigilância

3.12 Veículos e combustível

3.13 Aquisições e contratações

3.14 Qualidade de vida

3.15 Capacitação em sustentabilidade

Glossário

1. Introdução

Cresce, no país, o anseio por uma administração pública mais econômica e sustentável, mobilizando as instituições nesse sentido. Os Conselhos Superiores, a exemplo do TCU, do CNJ e do CSJT, editaram ou atualizaram normas e recomendações para a atuação sustentável dos órgãos públicos. Um passo importante foi a minuta do caderno orientador de elaboração do Plano de Logística Sustentável – PLS, apresentado pelo CNJ em 2020, com o objetivo de compartilhar soluções focadas na busca dos melhores resultados, contemplando o processo de implementação do PLS em suas diversas fases, a fim de garantir a sua efetividade do início ao fim. Também deve-se ressaltar que foi recentemente publicada a Resolução CNJ nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e substitui a Resolução CNJ nº 201/2015.

Contribui positivamente para este cenário a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas – ONU, que vem sendo divulgada nas diversas capacitações de gestores de áreas públicas. Também sobressai a forte atuação do TCU, principalmente na promoção do Acórdão nº 1056/2017, com o objetivo de avaliar o avanço das ações promovidas pela administração pública federal nas áreas de redução de consumo de recursos como papel, energia elétrica, água, entre outros indicadores.

Por outro lado, é fato que, embora o anseio por uma economia sustentável esteja em alta, ainda persistem profundos traços da cultura do consumo, do desperdício e do descartável em nossa sociedade, hábitos que vêm sendo progressivamente modificados por meio de ações de educação e sensibilização. A Administração pública, na qualidade de grande consumidora de recursos naturais, bens e serviços, assume um papel estratégico na revisão desses padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais de sustentabilidade.

Dessa forma, o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região vem continuamente implementando e revisando o seu Plano

de Logística Sustentável - PLS, voltado para o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público e uso sustentável de recursos. Assim, preocupou-se o Tribunal em inserir o objetivo estratégico “promover o trabalho decente e a sustentabilidade” no seu [Plano Estratégico](#), que contempla um indicador sintético sobre o tema - índice de desempenho de sustentabilidade - que consta no Balanço Anual de Sustentabilidade do Poder Judiciário.

2. Metodologia

Tendo em vista a necessidade de revisão do Plano de Logística Sustentável para o ciclo 2021-2026, devido ao advento da Resolução CNJ nº 400/2021, de 16 de junho de 2021, foi construída a versão 2.0 do documento em parceria com os(as) gestores(as) e as respectivas unidades envolvidas no fornecimento dos indicadores mensais e anuais previstos no citado normativo.

Coube à Secretaria-Geral de Governança e Estratégia/ Gerência de Responsabilidade Socioambiental a consolidação e a formatação do novo Plano de Logística Sustentável por meio de reuniões setoriais, nas quais as unidades responsáveis propuseram e atualizaram as ações e o seu respectivo detalhamento, bem como apontaram o objetivo, o cronograma e a previsão de recursos necessários para a execução.

A primeira versão do PLS de 2021 passou pela aprovação do Comitê de Governança e Gestão Participativa– CGOV, instituído pela Resolução Administrativa TRT 18ª nº 83/2018. A atual versão 2.0, atualizada conforme a Resolução CNJ nº 400/2021, foi instituída por Ato da Presidência e publicada no portal do Tribunal.

3. Planos de Ação

Os Planos de Ação consistem nas atividades necessárias para a realização dos objetivos estratégicos do PLS em cada um dos temas aqui tratados: papel, copos descartáveis, água envasada, impressão, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, telefonia, vigilância, limpeza, combustível e veículos, aquisições e contratações, reformas e construções, qualidade de vida e capacitação em sustentabilidade.

Uma vez definida a ação e, por conseguinte, objetivo e meta a serem alcançados, é especificado o detalhamento de implementação da ação, que consiste em uma lista de atividades a serem realizadas para o atingimento do objetivo determinado. Com base no detalhamento da ação, estima-se um cronograma, associando o trabalho ao transcurso do tempo, bem como a previsão de recursos para realizar as ações estabelecidas.

O Plano especifica também as unidades e áreas envolvidas na implementação de cada ação. Sendo assim, as tarefas são atribuídas a unidades, segundo o ramo de especialização necessário à realização das atividades elencadas. Finalmente, são apresentados os indicadores daquela ação e a periodicidade de apuração, se mensal ou anual.

Por fim, é importante ressaltar que as ações constantes na versão anterior do plano foram atualizadas, bem como foram acrescidas novas ações pelos gestores das unidades responsáveis e pela Alta Administração, a serem executadas no ciclo 2021-2026.

MODELO DE APRESENTAÇÃO:

PLANO DE AÇÃO
Ação
Detalhamento de implementação
Unidades e áreas envolvidas
Cronograma
Previsão de recursos

3.1 Papel

EVOLUÇÃO DO CONSUMO – Em Resmas

2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
11.366	9.843	7.451	6.274	5.819	4.308	3.863	784
	- 13,39%	- 24,3%	- 15,8%	- 7,25%	-25,97%	-10,33%	-79,7%

Obs: Os percentuais têm por referência o ano anterior.

Para 2021, o ano de referência será 2019.

OBJETIVO:

Racionalizar o uso de papel branco e reciclado em consonância com a virtualização de processos e diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo do material.

META 2021 – Reduzir em 30%

Ano de referência: 2019

Ação	Detalhamento de Implementação	Unidades envolvidas	Cronograma	Previsão de
------	-------------------------------	---------------------	------------	-------------

				recursos
Propor minuta de Portaria para regulamentar o consumo de papel no Tribunal	1) Identificar o consumo médio das Varas do Trabalho da Capital e do interior, bem como dos Gabinetes, por faixa de movimentação processual; 2) Estabelecer cota de papel a ser fornecida às unidades; 3) Estipular percentual de redução da quantidade de papel fornecido às unidades que estiverem consumindo acima da média estabelecida; 4) Estabelecer que os foros centralizem os pedidos de papel nas cidades com mais de uma vara do trabalho; 5) Monitorar o consumo de papel por unidades administrativas e judiciárias.	1) Divisão de Material e Logística 2) Gerência de Responsabilidade Socioambiental 3) Diretoria-Geral	Junho/ 2022	Sem custos

Configurar, de forma voluntária, as impressoras no padrão frente e verso.	Dar continuidade à promoção de campanha para configuração das impressoras no padrão frente e verso.	1) Coordenadoria de Comunicação Social; 2) Gerência de Responsabilidade Socioambiental 3) Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.	Processo contínuo	Sem custos
Gerenciar a impressão de documentos	Dar continuidade ao gerenciamento do uso dos equipamentos de impressão no âmbito do Tribunal, por meio de software de bilhetagem, de acordo com a Portaria GP/SGGOVE nº 417/2020.	1) Gerência de Responsabilidade Socioambiental; 2) Gestores(as) das unidades; 3) Secretaria de Tecnologia da	Processo contínuo	Custos embutidos no contrato de outsourcing

		Informação e Comunicação.		
--	--	------------------------------	--	--

INDICADORES:

Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Consumo de papel próprio	Quantidade de resmas de papel reciclado e não reciclado, tamanhos A4 e Ofício, requisitada pelas unidades.	Mensal
Gasto com papel próprio	Despesa realizada com a aquisição de resmas de papel reciclado e não reciclado, tamanhos A4 e Ofício.	Mensal

3.2 Copos descartáveis

EVOLUÇÃO DO CONSUMO – Em centenas

2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
16.322	10.905	10.006	3.205	5.803	4.550	4.160	1.113
	-33,18%	- 8,24%	- 67,97%	81,06%	-21,59%	-8,57%	-73,25%

Para 2021, o ano de referência será 2019.

OBJETIVO:

Eliminar o consumo de copo descartável pelo corpo funcional e reduzir o seu uso pelo público externo, buscando a economia dos gastos públicos, a conservação do meio ambiente e a qualidade de vida no trabalho.

META 2021 – Reduzir o consumo em 50%

Ano de referência: 2019

Ação	Detalhamento de Implementação	Unidades envolvidas	Cronograma	Previsão de recursos
------	-------------------------------	---------------------	------------	----------------------

Estimular o uso do copo de vidro ou de outros materiais duráveis	Dar continuidade à campanha para estimular o uso de materiais duráveis, a serem utilizados pelo próprio servidor, bem como alertar para a lavagem das louças/utensílios.	1) Coordenadoria de Comunicação Social; 2) Gerência de Responsabilidade Socioambiental; 3) Divisão de Material e Logística	Processo contínuo	Aquisição de copos e xícaras
Propor minuta de Portaria para regulamentar o consumo de copos descartáveis no Tribunal	1) Avaliar as propostas levantadas no estudo de consumo de copos descartáveis na Capital e no interior; 2) Definir cota de distribuição de copos às unidades com base na movimentação processual; 3) Elaborar normativo.	1) Divisão de Material e Logística 2) Gerência de Responsabilidade Socioambiental 3) Diretoria-Geral	Junho/ 2022	Sem custos

INDICADORES:

Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Consumo de copos descartáveis	Quantidade de copos descartáveis, usualmente utilizados para consumo de água e café, requisitados pelas unidades.	Mensal
Gasto com copos descartáveis	Despesa realizada com a aquisição de copos descartáveis usualmente destinados para consumo de água e café.	Mensal

3.3 Água envasada

EVOLUÇÃO DO CONSUMO – Em garrações

2015	2016	2017	2018	2019	2020
9603	5330	3591	4026	3079	1063
	-44,50%	-32,63%	12,11%	-23,52%	-65,48%

Obs.: Os percentuais têm por referência o ano anterior.

Para 2021, o ano de referência será 2019.

OBJETIVO

Reduzir a quantidade de garrações retornáveis de 20 litros de água mineral, substituindo por purificadores de água.

Ação	Detalhamento de Implementação	Unidades envolvidas	Cronograma	Previsão de recursos
------	-------------------------------	---------------------	------------	----------------------

Substituir os bebedouros com galão por filtros purificadores de água encanada, sempre que possível	Dar continuidade ao projeto, sempre que possível, a fim de diminuir o uso de galões retornáveis de 20 litros.	1) Divisão de Material e Logística 2) Gerência de Responsabilidade Socioambiental	Processo contínuo	Compra de purificadores e gastos com adaptação das instalações.
--	---	--	-------------------	---

INDICADORES:

Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Consumo de embalagens descartáveis para água mineral (unidades)	Quantidade consumida de embalagens plásticas descartáveis para água mineral, com ou sem gás.	Mensal
Gasto com água mineral em embalagens descartáveis (R\$)	Despesa realizada com aquisição de água mineral envasada em embalagens plásticas descartáveis.	Mensal
Consumo de embalagens	Quantidade de embalagens plásticas	Mensal

retornáveis para água mineral (unidades)	retornáveis para água mineral envasada (galões ou garrações retornáveis) requisitada pelas unidades.	
Gasto com água mineral em embalagens retornáveis (R\$)	Despesa realizada com aquisição de água mineral envasada em embalagens plásticas retornáveis.	Mensal

3.4 Impressão

EVOLUÇÃO DO CONSUMO – Em quantidade de impressões

2015	2016	2017	2018	2019	2020
3.886.309	3.212.749	3.599.595	2.056.377	1.720.496	219.729
	-17,33%	12,04%	-42,87%	-16,33%	-87,23%

Obs.: Os percentuais têm por referência o ano anterior.

Para 2021, o ano de referência será 2019.

OBJETIVO:

Tornar mais eficiente o uso de impressoras, avaliar a real necessidade dos postos de impressão e efetuar a devolução dos equipamentos ociosos com vistas à redução de gastos com o serviço.

META 2021 – Reduzir o consumo em 70 %

Ano de referência: 2019

Ação	Detalhamento de Implementação	Unidades envolvidas	Cronograma	Previsão de recursos
Realizar estudo para reduzir a quantidade do número de equipamentos de impressão	Levantar equipamentos ociosos para avaliar a redução dos equipamentos para nova avaliação da quantidade ideal de equipamentos	1) Diretoria-Geral 2) Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	1º Semestre 2022	Sem custos
Monitorar as impressões por meio de software gerenciador de impressão	Dar continuidade ao monitoramento de impressões, em conformidade com a Portaria GP/SGGOVE nº 417/2020.	1) Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação 2) Gerência de Responsabilidade Socioambiental	Processo contínuo	Sem custos

INDICADORES:

Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Quantidade de Impressões	Quantidade total de impressões realizadas nos equipamentos do órgão, sejam próprios ou locados. Incluem-se as impressões oriundas dos contratos de serviços de impressão e reprografia.	Mensal
Quantidade de equipamentos de impressão	Quantidade de equipamentos de impressão, próprios ou locados, instalados ao final do ano.	Anual
Gasto com Contratos de Terceirização de Impressão (R\$)	Despesa realizada com o pagamento de serviços de terceirização (outsourcing) de impressão e reprografia (inclui-se equipamento, manutenção, impressão por folha e suprimentos, bem como papel fornecido pela contratada, conforme o contrato).	Anual

3.5 Telefonia

EVOLUÇÃO DO CONSUMO – Em R\$

2015	2016	2017	2018	2019	2020
1.045.559,99	365.360,74	684.619,99	683.103,85	323.780,31	486.811,77
	- 65,06%	87,38%	-0,22%	-52,60%	+50,35%

Obs.: Os percentuais têm por referência o ano anterior.

Para 2021, o ano de referência será 2019.

OBJETIVO:

Reduzir o gasto com telefonia fixa e móvel e tornar mais eficiente o seu uso.

META 2021 – Manter o consumo de 2020

Ano de referência: 2020

Ação	Detalhamento de Implementação	Unidades envolvidas	Cronograma	Previsão de recursos
------	-------------------------------	---------------------	------------	----------------------

Avaliar a possibilidade de revisão da Portaria GP/DG nº 3088/2018.	Verificar a oportunidade e conveniência de revisão de normativo que regulamenta a utilização de telefonia móvel no Tribunal.	1) Secretaria-Geral da Presidência	Maio 2021	
---	--	------------------------------------	-----------	--

INDICADORES:

Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Gasto com telefonia fixa	Despesa realizada com serviços de telefonia fixa, inclusive tecnologia VoIP.	Mensal
Linhas telefônicas fixas	Quantidade total de linhas telefônicas fixas, incluindo linhas fixas, ramais e terminais VoIP.	Mensal
Gasto com telefonia móvel	Despesa realizada com	Mensal

	pagamento das faturas de telefonia móvel. São contabilizados gastos com voz, dados e assinatura.	
Linhas telefônicas móveis	Quantidade total de linhas telefônicas móveis, (celulares, dados e assinaturas) e a quantidade de linhas que recebem reembolso.	Mensal

3.6 Energia Elétrica

EVOLUÇÃO DO CONSUMO – Em Kwh

2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
4.720.830	4.904.270	5.168.107	3.872.221,91	3.848.534,13	3.975.941,17	3.911.329,08	2.296.159,47
	+ 3,89%	+ 5,38%	- 25,07%	-0,61%	3,31%	1,62%	-41,29%

Obs.: Os percentuais têm por referência o ano anterior.

Para 2021, o ano de referência será 2019.

OBJETIVO

Tornar mais eficiente o consumo de energia elétrica, incentivando o uso sustentável dos recursos, a conservação do meio ambiente e a redução de gastos.

META 2021 – Reduzir o consumo em 10%

Ano de referência: 2019

Ação	Detalhamento de Implementação	Unidades envolvidas	Cronograma	Previsão de recursos
Instalar sistema fotovoltaico nas Varas do Interior do Estado	Instalação de sistema fotovoltaico nas Varas do Trabalho localizadas nas cidades do interior.	1) Secretaria de Manutenção e Projetos	120 dias = quatro varas do trabalho do interior 240 dias = seis varas do interior	R\$ 1.500.000,00

INDICADORES

Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Consumo de energia elétrica	Consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária, em Kwh.	Mensal
Gasto com energia elétrica	Valor (R\$) da fatura de energia elétrica, em valores brutos.	Mensal
Uso de energia alternativa	Uso de energia alternativa ou renovável. A energia alternativa ou renovável é aquela	Indicar se utiliza fonte alternativa de energia e

	gerada por fontes renováveis e que não emitem poluentes na atmosfera. As principais fontes alternativas de energia são: energia solar, eólica, maremotriz e geotérmica.	qual(is).
Negociação Tarifária	Verificar se o órgão possui iniciativas de negociação de melhores tarifas junto à concessionária de energia elétrica ou promover ações que resultam em redução dos gastos com energia.	Anual

3.7 Água e esgoto

EVOLUÇÃO DO CONSUMO – Em m³

2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
33.544	28.714	27.294	20.490	20.344	19.381	18.534	9.534
	- 14,4%	- 4,94%	- 24,93%	-0,71%	-4,73%	-4,37%	-48,56%

Obs.: Os percentuais têm por referência o ano anterior.

Para 2021, o ano de referência será 2019.

OBJETIVO

Reduzir o gasto com água, tornar mais eficiente o seu consumo e incentivar o uso sustentável do recurso, a conservação do meio ambiente e a redução de gastos.

META 2021 – Redução do consumo em 10%

Ano de referência: 2019

Ação	Detalhamento de Implementação	Unidades envolvidas	Cronograma	Previsão de recursos
Monitorar as contas de água das Varas do Trabalho do interior do Estado	Acompanhamento para verificar o comportamento do consumo e avaliar possíveis desvios.	1) Secretaria de Manutenção e Projetos	Processo contínuo	Sem custos
Realizar rotas de manutenção preventiva do sistema hidráulico	Ação contínua para evitar vazamentos e desperdício de água.	1) Secretaria de Manutenção e Projetos	Processo contínuo	Custo envolvido no contrato de manutenção

INDICADORES

Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Consumo de água	Consumo total de água fornecida pela concessionária, em m ³ .	Mensal
Gasto com água	Valor da fatura de água e esgoto, em valores brutos.	Mensal

3.8 Gestão de resíduos

EVOLUÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS - Em Kg (papel, papelão, plástico, vidro e metal)

2015	2016	2017	2018	2019	2020
31.594	29.624	70.377	61.024	11.014	19.407
	-6,24%	137,57%	-13,29%	-81,95%	+76,20%

Obs.: Os percentuais têm por referência o ano anterior.

OBJETIVO

Dar continuidade e aperfeiçoar a coleta seletiva solidária no âmbito do TRT da 18ª Região, conforme prevê a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010), o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, e demais legislações sobre o tema. Destinar os resíduos recicláveis ou reaproveitáveis descartados nos imóveis do Complexo Trabalhista de Goiânia às cooperativas de catadores de materiais recicláveis ou a entidades similares.

Ação	Detalhamento de Implementação	Unidades envolvidas	Cronograma	Previsão de recursos
Projeto piloto de instalação de coletores exclusivos para recicláveis nas salas do Complexo Trabalhista de Goiânia	Manter os coletores de papel nas salas, plotando-os para destacar a sua utilidade, bem como propor a colocação de dois cestos estrategicamente posicionados nas salas (resíduos orgânicos e resíduos recicláveis), a fim de que os resíduos sejam adequadamente separados e destinados; 2) Realizar campanha de sensibilização, por meio de matéria na intranet, divulgação no Bom dia TRT e nos monitores do elevador, bem como	1) Comitê de Coleta Seletiva Solidária; 2) Gerência de Responsabilidade Socioambiental 3) Coordenadoria de Comunicação Social	Outubro/ 2022 (a depender do retorno do trabalho presencial)	Orçamento para impressão de cartazes

	impressão de cartazes coloridos que serão fixados próximos dos coletores, além de outros meios de divulgação que achar pertinentes.			
Promover treinamento em coleta seletiva para os terceirizados do Tribunal, em parceria com a Divisão de Material de Logística.		1) Gerência de Responsabilidade Socioambiental	2022	
Promover campanha para o público interno	Realização de campanhas e treinamento do público interno para correta separação do lixo a partir de matérias na intranet e	1) Gerência de Responsabilidade Socioambiental; 2) Coordenadoria de	Segundo semestre/2022	Palestrante

	oficina com especialista no tema.	Comunicação Social.		
Elaborar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Elaborar minuta de plano, em conformidade com a Política de Responsabilidade Socioambiental do TRT 18ª e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.	1) Gerência de Responsabilidade Socioambiental	2022	

INDICADORES:

Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Destinação de resíduos de papel	Quantidade de papel, papelão e derivados destinados às cooperativas ou	Mensal

	associações de catadores para reciclagem.	
Destinação de resíduos de plásticos	Quantidade de plásticos destinados às cooperativas ou associações de catadores para reciclagem.	Mensal
Destinação de resíduos de metais	Quantidade de metais destinados às cooperativas ou associações de catadores para reciclagem.	Mensal
Destinação de resíduos de vidros	Quantidade de vidros destinados às cooperativas ou associações de catadores para reciclagem.	Mensal
Total de materiais destinados à Reciclagem	Soma dos resíduos recicláveis destinados a cooperativas, associações de catadores e empresas recicladoras.	Mensal
Destinação de resíduos eletroeletrônicos	Quantidade de resíduos de informática (fitas, cabos, mídias, equipamentos eletrônicos etc.) destinados à reciclagem, ao reaproveitamento ou a outra destinação correta.	Anual
Destinação de resíduos de	Quantidade de suprimentos de impressão	Anual

suprimentos de impressão	(carças, toners, cartuchos, fotocondutores) destinados a empresas de logística reversa para reuso e reciclagem. Devem ser considerados os resíduos de impressoras próprias e locadas (outsourcing).	
Destinação de resíduos de pilhas e baterias	Quantidade de pilhas e baterias enviadas para descontaminação e destinação correta.	Anual
Destinação de resíduos de lâmpadas	Quantidade de lâmpadas enviadas para descontaminação e destinação correta.	Anual
Destinação de resíduos de saúde	Quantidade total de resíduos de serviços de saúde encaminhados para descontaminação e tratamento.	Anual
Destinação de resíduos de obras e reformas	Quantidade de resíduos de obra ou reformas enviados para o aterro de resíduos da construção civil, inclusive os encaminhados para reuso.	Anual

3.9 Reformas e construções

EVOLUÇÃO DOS GASTOS EM REFORMAS – Em R\$

2015	2016	2017	2018	2019	2020
R\$ 2.900.000,00	R\$ 3.600.000,00	R\$ 1.758.098,69	R\$ 1.742.935,78	R\$ 4.408.469,59	R\$ 579.189,35
	24,14%	-51,16%	-0,86%	152,93%	-86,86%

Obs.: Os percentuais têm por referência o ano anterior.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS EM CONSTRUÇÕES – Em R\$

2015	2016	2017	2018	2019	2020
14.046.219,48	1.109.184,22	11.687.338,79	43.239.426,19	22.704.802,27	31.618.550,84
	- 92,10%	953,69%	269,97%	- 47,49%	39,26%

Obs.: Os percentuais têm por referência o ano anterior.

OBJETIVO

Incluir critérios de sustentabilidade nas construções e reformas dos imóveis do Tribunal, reduzindo despesas e contribuindo para a conservação do meio ambiente.

Ação	Detalhamento de Implementação	Unidades envolvidas	Cronograma	Previsão de recursos
Verificar quesitos de sustentabilidade e acessibilidade em reformas	Em todas as reformas, observar critérios de sustentabilidade e acessibilidade.	1) Secretaria de Manutenção e Projetos; 2) Secretaria de Licitações e Contratos; 3) Gerência de Responsabilidade Socioambiental.	Processo contínuo	Sem custos
Manter os critérios de sustentabilidade e acessibilidade na elaboração de projetos	Observar critérios de sustentabilidade na elaboração de projetos e na contratação de serviços de	1) Secretaria de Manutenção e Projetos	Processo contínuo	Sem custos

e na contratação de serviços de arquitetura e engenharia.	arquitetura e engenharia.			
Monitorar valores gastos com reformas	Acompanhar os valores gastos com reformas, a fim de informá-los às unidades solicitantes.	1) Secretaria de Manutenção e Projetos	Processo contínuo	Sem custos
Manter procedimentos e equipamentos que reduzam o consumo de água, papel e outros recursos nas reformas de banheiros.		1) Secretaria de Manutenção e Projetos	Processo contínuo	Sem custos

INDICADORES:

Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Gasto com reformas	Despesa realizada com reformas ou mudanças de	Anual

	leiaute durante o período-base. Devem ser considerados: materiais de construção utilizados, mão de obra, pintura, fiação elétrica e de rede, divisórias, mobiliário.	
Gastos com construção de novos edifícios	Corresponde à despesa realizada com a construção de novos edifícios.	Anual

3.10 Limpeza

EVOLUÇÃO DO GASTO COM CONTRATO DE LIMPEZA - Em R\$

2015	2016	2017	2018	2019	2020
R\$ 3.041.248,14	R\$ 3.764.742,96	R\$ 3.568.599,20	R\$ 3.621.344,81	R\$3.197.931,99	R\$ 3.092.378,11
	23,79%	-5,21%	+1,48%	+1,69%	-3,3%

Obs.: Os percentuais de redução têm por referência o ano anterior.

OBJETIVO

Avaliar o gasto com limpeza, incentivando o uso sustentável dos recursos e a conservação do meio ambiente. Avaliar a necessidade dos postos contratados e analisar o valor de repactuação em relação ao valor atual de mercado.

Ação	Detalhamento de Implementação	Unidades envolvidas	Cronograma	Previsão de recursos
Realizar contratação por produtividade - Facilities	Dar continuidade ao novo modelo de contratação, com base na Instrução Normativa 05/2017. O modelo por Facilities se baseia na produtividade a ser alcançada pela contratada, segundo o que foi sugerido na licitação.	1) Divisão de Material e Logística	2021	Valores do contrato Contratado mensal: R\$ 402.555,94 anual: R\$ 4.928.211,11 5º Termo R\$ 347.248,13 por mês (mão de obra e insumos) e R\$ 4.306.880,63 até 31/01/2022 A partir de 01/02/2022 R\$ 401.785,40 por mês e R\$ 4.961.003,87 por ano valores pagos em 2021

				(Relativos a limpeza e copa - R\$ 2.231.881,09) Isso se deu pela redução de 100% de vários insumos de limpeza, tanto para Goiânia quanto para as Unidades do Interior.
Análise quantitativo dos insumos	Levantar a média dos insumos fornecidos e fazer a adequação conforme a real necessidade	1) Divisão de Material e Logística	2021	Os insumos de limpeza estarão reduzidos por um período de 11 meses (abril/2021 a janeiro/2022) tendo em vista o cenário de não funcionamento pleno do TRT 18ª, tanto na capital quanto no interior, fato esse que ainda compromete a

				média mensal de consumo dos insumos
--	--	--	--	--

INDICADORES:

Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Gasto com contratos de limpeza (R\$)	Totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de limpeza durante o período-base. Incluem-se as despesas decorrentes dos contratos de jardinagem, limpeza de vidros, entre outros (copa).	Anual
Área contratada (m²)	Área especificada nos instrumentos de contrato de manutenção e limpeza.	Anual

Gasto com material de limpeza (R\$)	Despesa total realizada com a aquisição de materiais de limpeza.	Anual
-------------------------------------	--	-------

3.11 Vigilância

EVOLUÇÃO DO GASTO COM CONTRATO DE VIGILÂNCIA - EM R\$

2015	2016	2017	2018	2019	2020
7.320.559,05	4.389.311,28	4.377.720,38	4.970.283,65	4.705.944,07	4.660.661,72
	-40,04%	-0,26%	13,53%	-5,32%	-0,96%

Obs.: Os percentuais têm por referência o ano anterior.

EVOLUÇÃO DO GASTO COM CONTRATO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA

2018	2019	2020	2021
R\$ 1.926.463,33	R\$ 2.717.231,15	-	-

OBJETIVO

Avaliar a necessidade dos postos contratados em relação à área do Tribunal, e analisar o valor de repactuação em relação ao valor atual de mercado.

Ação	Detalhamento de Implementação	Unidades envolvidas	Cronograma	Previsão de recursos
Revisão do contrato de vigilância	Serão desativados 2 postos (2 vigilantes) referentes às unidades da Av. Portugal e Almocharifado que serão entregue à União (SPU)	1) Divisão de Segurança Institucional 2) Diretoria-Geral	10 /2021	Sem custos

INDICADORES:

Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Gastos com contratos de vigilância armada e desarmada	Totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de vigilância.	Anual
Quantidade total de pessoas contratadas para o serviço de vigilância armada e desarmada.	Quantidade de pessoas contratadas para o serviço de vigilância.	Anual
Gasto com contrato de vigilância eletrônica	Despesa total com contratos firmados com empresas especializadas para prestação de serviços de vigilância eletrônica, compreendendo a mão de obra, a instalação e a locação de equipamentos de circuito fechado de TV; a instalação de alarmes; a aquisição e instalação de pórticos detectores de metais e outros itens de vigilância eletrônica.	Anual

3.12 Combustível e veículos

EVOLUÇÃO DO CONSUMO – Em Litros (Gasolina, Etanol e Diesel)

2015	2016	2017	2018	2019	2020
63.719,57	51.099,52	48.513,79	47.782,18	56.160,00	17.730,69
	- 19,81%	-5,06%	-1,51%	17,53%	-68,43%

Obs.: Os percentuais têm por referência o ano anterior.

Para 2021, o ano de referência será 2019.

OBJETIVO

Racionalizar o uso de veículos e o consumo de combustíveis, reduzindo gastos e contribuindo para a diminuição da emissão de gases poluentes na atmosfera.

META 2021 – Reduzir o consumo em 30%

Ano de referência: 2019

Ação	Detalhamento de Implementação	Unidades envolvidas	Cronograma	Previsão de recursos
Avaliar a necessidade da quantidade de veículos.	Verificar a real necessidade da quantidade de veículos, bem como o atendimento de solicitações de veículos de maneira a agrupar destinos similares.	1) Diretoria-Geral 2) Divisão de Material e Logística	Ação contínua	Não se aplica
Realizar o monitoramento dos veículos oficiais	Acompanhar o trajeto dos veículos por meio de rastreadores.	1) Divisão de Material e Logística	Ação contínua	Valor do contrato: R\$ 14.136,00 em 2021
Aperfeiçoar o Sistema de Controle de Veículos - SCV	Melhorar o sistema de controle de veículos de modo a permitir a importação de dados dos sistemas terceirizados.	1) Divisão de Material e Logística 2) Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	Início: Fevereiro/2022 Previsão de conclusão: 2022	Sem custos

INDICADORES:

Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Consumo de gasolina	Quantidade total de litros de gasolina (comum e aditivada) consumida por veículos. Não deve ser computado o consumo desse combustível, quando utilizado para funcionamento de outros tipos de máquinas, tais como geradores.	Anual
Consumo de etanol	Quantidade total de litros de etanol consumido por veículos.	Anual
Consumo de diesel	Quantidade total de litros de óleo diesel (comum, S50, S10 e outros) consumido por veículos. Não deve ser computado o consumo desse combustível, quando utilizado para funcionamento de outros tipos de máquinas, tais como geradores.	Anual
Quantidade de veículos movidos por fontes	Quantidade total de veículos movidos, exclusivamente, a energia	Anual

alternativas	solar, energia elétrica, hidrogênio, existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados(as) e veículos pesados, sejam próprios ou locados.	
Gasto com manutenção de veículos	Despesa realizada com pagamento de serviços de manutenção dos veículos do órgão.	Anual

3.13 AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

EVOLUÇÃO - em quantidade de contratações

	2020		
	Com critérios específicos de sustentabilidade	Com critérios genéricos de sustentabilidade	Sem critérios de sustentabilidade
Licitações (Pregões)	33	46	0
Contratações diretas	23	45	58
Contratações totais	56	91	58

Obs: Consideram-se contratações com critérios genéricos aquelas que não possuem critérios específicos relacionados ao objeto, mas que consta no Termo de Referência ou no Projeto Básico cláusula de atenção ao Guia de Sustentabilidade da Justiça do Trabalho, no que couber.

OBJETIVO: Acompanhar e promover o desenvolvimento nacional sustentável, a partir da inserção de critérios de sustentabilidade nas contratações.

Ação	Detalhamento de Implementação	Unidades envolvidas	Cronograma	Previsão de recursos
Atualização do modelo de Estudos Técnicos Preliminares - ETP	Atualização do modelo de Estudos Técnicos Preliminares - ETP para inclusão de campo prevendo a análise e descrição dos critérios de sustentabilidade já no planejamento das contratações	a) Secretaria de Licitações e Contratos	até 30/10/2021	sem custos
Atualização do item que trata “DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE” dos TRs e Projetos Básicos	Atualização dos TRs e Projetos Básicos para definição de critérios de sustentabilidade genéricos que orientem as contratadas em ações sustentáveis durante a execução da contratação	b) Secretaria de Licitações e Contratos	até 30/10/2021	sem custos
Realizar curso a distância ou	Curso para a equipe da SLC	a) Secretaria	1º Semestre de	a ser

presencial prático para definição de critérios de sustentabilidade para as contratações deste Tribunal.	e gestores com o objetivo prático de definição e criação de critérios específicos de sustentabilidade para incluir nos TRTs e Projetos Básicos deste Tribunal, conforme cada objeto específico e de acordo com a legislação vigente.	de Licitações e Contratos; b) Escola Judicial; c) gestores de contrato;	2022	levantado
---	--	--	------	-----------

INDICADORES

Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Aquisições e contratações realizadas	Quantidade total de contratos	Anual
Aquisições e contratações sustentáveis realizadas	Quantidade de contratos celebrados com inclusão de critério de sustentabilidade no Termo de Referência ou Projeto Básico	Anual

3.14 QUALIDADE DE VIDA

PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA - em número de participação/s

2015	2016	2017	2018	2019	2020
1.038	2.370	1.832	5.389	7.455	7.340*
	128,32%	-22,70%	194,16%	38,34%	-0,01%

Obs: Os percentuais têm por referência o ano anterior.

* O valor refere-se exclusivamente às ações de saúde promovidas pelo programa Amigos da Saúde. Não estão computadas as participações em ações informativas e campanhas na intranet e redes sociais realizadas pelo programa.

OBJETIVO:

Promover a saúde nas dimensões física, social e emocional, bem como a valorização, satisfação e inclusão de magistrados e servidores do TRT 18ª com ações que estimulem o seu desenvolvimento pessoal e profissional, por meio do Programa Qualidade de Vida do Trabalho - De bem com a vida no trabalho.

Ação	Detalhamento de implementação	Unidades envolvidas	Cronograma	Previsão de recursos
Monitorar o Programa de Qualidade de Vida do Trabalho - De bem com a vida no trabalho	Monitorar o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – De Bem com a Vida no Trabalho, instituído pela Portaria TRT 18ª GP/SGPE nº 1482/2020, voltado para a promoção da saúde nas dimensões física, social e emocional, por meio de três eixos principais: saúde, socioambiental e organizacional.	- Secretaria de Gestão de Pessoas - Gerência de Saúde - Gerência de Responsabilidade Socioambiental	Processo contínuo	Sem custos

INDICADORES:

Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Participações em ações de qualidade de vida	Quantidade de participações da força de trabalho total em ações de qualidade de vida no trabalho.	Anual
Quantidade de ações de qualidade de vida	Quantidade de ações de qualidade de vida no trabalho organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias	Anual
Participações em ações solidárias	Quantidade de participações do corpo funcional em ações solidárias.	Anual
Quantidade de ações solidárias	Quantidade de ações solidárias que foram organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias	Anual

3.15 CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES DE CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE - em número de participações

2015	2016	2017	2018	2019	2020
557	1.157	1.070	400	1.690	365
	107,72%	-7,52%	-62,62%	322,50%	-78,4%

Obs.: Os percentuais têm por referência o ano anterior.

Quantidade de ações de Equidade e Diversidade

2021
1

OBJETIVO:

Sensibilizar e capacitar o corpo funcional e, quando for o caso, a força de trabalho auxiliar em relação a temas

socioambientais e às metas previstas neste PLS, inclusive quanto às temáticas tratadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

Ação	Detalhamento de Implementação	Unidades envolvidas	Cronograma	Previsão de recursos
Realizar curso a distância com tutoria em temas de sustentabilidade na plataforma EAD da Escola Judicial.	Dar continuidade à oferta de curso a distância com tutoria.	1) Gerência de Responsabilidade Socioambiental; 2) Escola Judicial.	1º semestre/2022	
Produzir material de divulgação do Plano de Logística Sustentável - ciclo 2021-2026.	Divulgar o Plano de Logística Sustentável, inclusive por meio de matérias publicadas na Intranet, nos meios de comunicação e mídias sociais do Tribunal	1) Gerência de Responsabilidade Socioambiental; 2) Coordenadoria de Comunicação Social	Processo contínuo	Material gráfico e audiovisual

INDICADORES:

Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Ações de capacitação em sustentabilidade	Quantidade de ações de capacitação relacionadas à sustentabilidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias. São considerados eventos de capacitação: Curso, Oficina, Palestra, Seminário, Fórum, Congresso, Semana, Jornada, Convenção, Colóquio, entre outros.	Anual
Ações de sensibilização em sustentabilidade	Quantidade de ações de sensibilização relacionadas à sustentabilidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.	Anual
Participação em ações de capacitação em sustentabilidade	Total de participações em ações de capacitação.	Anual

GLOSSÁRIO

Para fins deste Plano de Logística Sustentável, considerar:

I - ações de sustentabilidade: práticas institucionais que tenham como objetivo a promoção de comportamentos éticos e que contribuam para o desenvolvimento ambiental, social, cultural e econômico, melhorando, simultaneamente, o meio ambiente e a qualidade de vida dos quadros de pessoal efetivo e auxiliar, da comunidade local e da sociedade como um todo;

II – coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente separados, conforme sua constituição ou composição com destinação ambientalmente adequada;

III – coleta seletiva solidária: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis;

IV – contratações compartilhadas: aquisição conjunta de bens e serviços que geram menor impacto ambiental, maior inclusão social, consideram a dimensão cultural da sustentabilidade e a eficiência econômica, com ganho de escala, realizada por organizações públicas de diferentes setores ou entre unidades de uma mesma organização pública, visando fomentar a produção e o consumo sustentáveis no país;

V - critérios de sustentabilidade: parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico;

VI - gestão documental: conjunto de procedimentos e operações técnicas para produção, tramitação, uso e avaliação de documentos, com vistas à sua guarda permanente ou eliminação, mediante o uso razoável de critérios de responsabilidade ambiental;

VII - logística sustentável: processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera o ambientalmente correto, o socialmente justo e o desenvolvimento econômico equilibrado;

VIII - material de consumo: todo material que, em razão de sua utilização, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos;

IX - PLS-JUD: sistema informatizado para recebimento dos dados referentes ao Plano de Logística Sustentável;

X - ponto de equilíbrio: quantidade ideal de recursos materiais necessários para a execução das atividades desempenhadas por uma unidade de trabalho, sem prejuízo de sua eficiência;

XI - práticas de racionalização: ações que tenham como objetivo a melhoria da qualidade do gasto público e o aperfeiçoamento contínuo na gestão dos processos de trabalho;

XII – quadro de pessoal: magistrados(as) e servidores(as) efetivos, requisitados(as), cedidos(as) e comissionados(as) sem vínculo;

XIII – quadro auxiliar: estagiários (as), terceirizados(as) e jovens aprendizes;

XIV - resíduos recicláveis descartados: materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, rejeitados pelos órgãos do Poder Judiciário.